



4823 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
 GT12 - Currículo

**CURRÍCULO E ENSINO RELIGIOSO: DA CRIAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ACRE**  
 Talita Pereira de Almeida - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
 Rafael Marques Gonçalves - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### **CURRÍCULO E ENSINO RELIGIOSO: DA CRIAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ACRE**

**Resumo:** O presente texto faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que tem como objetivo debater o dilema epistemológico, decorrente da inclusão do componente curricular de Ensino Religioso no currículo das escolas públicas de Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino do Acre, desde sua formulação à sua implementação. A intenção é perceber as disputas e os conflitos da formação desse currículo a partir do movimento que vem normatizando a proposta curricular dessa disciplina para as escolas do Ensino Fundamental do estado. Como metodologia seguimos as noções dos estudos com os cotidianos, pautando-se na conversa como elemento potencial para tratar os movimentos e achados da pesquisa. Considerando que este ensino é legalmente aceito como parte do currículo escolar e que sua elaboração é carregada de conflitos, compreende-lo torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico. Dessa forma, pensamos que, a elaboração de um currículo para o Ensino Religioso precisa ser aberta, ou seja, um currículo multicultural que valorize a diversidade cultural do ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso; Currículo; Laicidade

O presente texto faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que busca fazer emergir questões sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas, a possível implementação de um currículo específico para essa disciplina, além de debater questões sobre políticas curriculares, prática e escola. Tem como objetivos compreender quais perspectivas e discursos estão por trás do processo de criação e implementação do currículo de Ensino Religioso no Estado do Acre. Neste sentido a proposta desta pesquisa tem como intenção perceber as disputas, os conflitos da formação desse currículo a partir do processo do Estado que está normatizando uma proposta curricular de Ensino Religioso face a homologação da Base Nacional Comum Curricular e a inserção dessa disciplina para as escolas do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Acre.

Cury (1993), analisa e debate o dilema epistemológico decorrente da inclusão da disciplina ensino religioso no currículo das escolas públicas de ensino fundamental. Analisa as diversas constituições brasileiras e a relação que foram estabelecendo com esse dilema. Analisa, posteriormente, alguns pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre a disciplina ensino religioso e temas correlatos, reflete sobre a rumorosa questão que envolve o ensino religioso em escolas públicas. Esse ensino, ainda que facultativo, vem revelando-se problemático em Estados laicos. Cunha (1991), traz um histórico em seus estudos sobre a laicidade do ensino público francês, e outros países, desencadeada pela proibição do uso de símbolos religiosos pelos alunos ele analisa a diversidade da situação internacional e nela se verificam surpreendentes contrastes e semelhanças com a situação do Ensino Religioso no Brasil.

Candau (2010) entende o multiculturalismo como uma realidade social na qual convivem diferentes grupos culturais, e descreve uma postura crítica aos educadores que não têm uma consciência clara da problemática das relações entre escola e cultura. De acordo com a autora, os conflitos e tensões presenciados na escola devem ser abordados sem afetar a dinâmica escolar. A colocação de Candau (2010) reflete o que se observa no contexto escolar mais amplo: culturas, opiniões e costumes, diversificados, não devem ser excluídos ou uniformizados. A escola é um espaço que deve ser utilizado para realizar a construção de uma relação entre as diferentes culturas, promovendo o conhecimento e o respeito com o outro.

De acordo com Silva (1999), a prática docente e curricular necessita abranger a diversidade cultural e as várias identidades religiosas que se constroem em sociedade. Para ele, o currículo é o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimento e saberes. O autor defende a construção de um currículo multicultural que atenda a diversidade social e cultural existente no ambiente escolar. Ou seja, o currículo deve partir de uma amplitude, somar conhecimentos e saberes necessários para uma formação que conscientize os alunos sobre os perigos de todo tipo de uniformização social que sempre repousa firme sobre projetos de poder nem sempre claros. Um currículo multicultural abrange essa característica e valoriza a diversidade cultural do ambiente escolar.

Ao realizarmos uma busca sobre Ensino Religioso e Políticas curriculares no banco de Teses e Dissertações da CAPES, nos três últimos anos, percebemos que as discussões caminham sempre na perspectiva de se debater o caráter identitário do Ensino Religioso e a perspectiva de formação de professores. As pesquisas desenvolvidas demonstram poucos elementos que discutem o currículo do Ensino Religioso. Entende-se dessa forma, a justificativa de realizar estudos sobre essa lacuna encontrada onde se faz necessário compreender o processo de disputa e embates em torno da perspectiva curricular de Ensino Religioso.

Acerca da importância de compreendermos a relação entre os componentes curriculares e o que está em disputa

em sua elaboração recorremos a Gonçalves (2018) que traz a ideia de que não podemos desprezar a dimensão político-ideológica da escola como espaço de contradições e de múltiplas interferências e saberes. Ou seja, a escola que busca um currículo plural, tem uma proposta política e pedagógica que pode ser entendida como uma possibilidade de nosso tempo, ou seja, é possível compreendê-la a partir do contexto político, social e educacional.

Arroyo (2011), aponta que o currículo oficial está cada vez mais pressionado pelos cotidianos populares, que exigem o direito de ver suas narrativas também pronunciadas pela escola. A escola continua importante para esses sujeitos, mas os saberes, as conquistas, as experiências e tudo mais que as novas lutas são capazes de produzir podem, estrategicamente, se converter em prática curricular, em conteúdo político, em ato a ser valorizado pela escola. O autor analisa o currículo de forma crítica, enquanto um campo político em disputa, no qual suas estruturas e ordenamentos são objeto de indagações mais do que um veículo em movimento.

A partir da reflexão feita por Arroyo (2011), percebe-se que a organização curricular afeta completamente a organização do trabalho docente. O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias fazem parte da estrutura do cotidiano escolar, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos. Ou seja, a organização do trabalho docente é condicionada pela organização escolar, que por sua vez, é inseparável da organização curricular.

No que se refere aos aspectos metodológicos, partimos do entendimento de que quando olhamos de outros ângulos para o currículo, podemos perceber que em seu desenvolvimento também estão circulando outros saberes, valores e sentidos que se fazem presentes através dos sujeitos que vivem na escola. Ou seja, impõe-se a necessidade de compreendermos as relações entre currículo, sociedade e cultura. (MOREIRA & SILVA, 2006).

A pesquisa se funda nas perspectivas dos estudos do cotidiano, das conversas com os sujeitos envolvidos e do paradigma indiciário (GINZBURG, 1983). Acreditamos que para buscarmos compreender os contextos locais e os tantos outros aspectos que permeiam essa discussão sobre a implementação de um possível currículo para o Ensino Religioso no Estado do Acre, se faz necessário mergulhar nos cotidianos (ALVES, 2008) com todos os sentidos, visto que, a pesquisa está apoiada na complexidade de juntar processos singulares e coletivos de pensar à educação, o currículo, as escolas e as políticas educacionais.

Neste sentido consideramos como os sujeitos envolvidos, em sua maioria técnicos e docentes da SEE - Secretaria de Estado da Educação do Acre que atuaram na elaboração desse componente curricular, os embates e percursos que foram estabelecidos na elaboração deste currículo. Destacamos assim, como sendo fundamental para essa pesquisa, analisar a contribuição das teorias curriculares frente à política curricular de Ensino Religioso no Acre, investigando desde os grupos atuantes no processo de elaboração e quais os sentidos desse currículo para os professores que ministram essa disciplina.

Compreendemos que essa fundamentação teórica-metodológica buscará potencializar os conhecimentos em torno do que está em jogo ao falarmos de componente curricular, para que assim possamos compreender os desdobramentos dessa criação do currículo de Ensino Religioso no Estado do Acre. Adotamos as conversas como uma ferramenta no desenvolvimento da pesquisa, já que o contato com os sujeitos que participam desse processo de criação e produção desse currículo é de fundamental importância para que possamos chegar até o contexto de implementação deste currículo, que nos levará até a escola, conversando assim com os sujeitos que vão aplicar na prática esse currículo.

Quando nos propomos refletir sobre produção política local dos currículos, torna-se relevante discutirmos as relações entre as produções de conhecimento e as compreensões de escola, aluno e professor no interior dessas produções, no caso dessa pesquisa, um currículo específico que é o de Ensino Religioso

Apostamos que essa pesquisa pode contribuir para problematização acerca da criação de um currículo específico para o Ensino Religioso, tendo em vista que este ensino é mais do que aparenta ser, isto é, um componente curricular em escolas. Assim, tencionar e debater a criação e inserção deste componente é trazer elementos que se ocultam em uma dialética entre a secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais.

O Estado se tornou laico, o que vale dizer que ele se tornou equidistante dos cultos religiosos, sem assumir um deles como sendo uma religião oficial. Porém, movimentos políticos, sobretudo partidários, intentam definir e ocultar aspectos dogmáticos no Ensino Religioso o que o leva a se tornar problemático, tendo em vista que envolve necessário distanciamento do Estado Laico ante o particularismo próprio dos credos religiosos.

Considerando que o ensino religioso é legalmente aceito como parte do currículo escolar e que sua elaboração é carregada de conflitos, compreendê-lo torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico. Afinal, mesmo com várias pesquisas, artigos sobre o tema, inúmeros questionamentos continuam sem resposta, e é em cima desses questionamentos que essa pesquisa se funda.

Percebemos dessa forma, que a elaboração do currículo de Ensino Religioso precisa ser aberta, não partindo do princípio de uma ou outra religião, mas respeitando a multiculturalidade, a diversidade e pluralidade religiosa, ou seja, um currículo multicultural abrange essa característica e valoriza a diversidade cultural do ambiente escolar. Torna-se necessário a construção de um currículo que preserve as memórias, identidades, universos simbólicos dos seus alunos, que realizem o diálogo entre esses saberes com o conhecimento produzido pela humanidade.

Por fim, acreditamos que para ampliar o olhar sobre a prática docente no Ensino Religioso se faz necessário compreender a formulação deste currículo, bem como a existência de uma real preocupação com uma educação multicultural, um currículo que tenha como objetivo uma prática que compreenda que as matrizes religiosas se diferenciam, de acordo com a cultura e experiência individual do sujeito, haja vista que o ordenamento curricular, principalmente do Ensino Religioso não deve ser neutro ele precisa estar atento a pluralidade religiosa que existe hoje em nosso país, e dessa forma envolver a todos os sujeitos de forma ampla e com reconhecimento.

**Referências:**

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, N. e OLIVEIRA, J. **Pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes e saberes**. Petrópolis: DP et all, 2008.

CANDAU, V. M. (org.). **Educação e Cultura (s): Questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: FLACSO. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores 1991.

CURY, C. R. J. **Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, nº 17, p. 20-37 1993.

GINZBURG, C. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: GARGANI, A. (org). **Crises da Razão**. México, 1983.

GONÇALVES, R. M. **Bricolagens praticadas e políticaspráticas de currículos nos cotidianos escolares**. Tese (Doutorado em |Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. da (org). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 2006.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.